



INDICAÇÃO Nº , DE 2026
(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Casa Civil, a adoção de medidas estruturais e a apresentação de plano crível de ajuste fiscal voltado à estabilização da dívida pública, e à preservação da sustentabilidade das contas públicas.

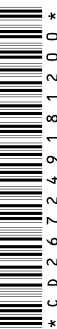
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A sustentabilidade das contas públicas constitui requisito essencial para a estabilidade macroeconômica, a preservação do poder de compra da população e a manutenção da credibilidade institucional do Estado brasileiro. Alertas recentes emitidos por órgãos técnicos oficiais, como a Instituição Fiscal Independente (IFI), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Banco Central do Brasil, apontam para a deterioração progressiva do quadro fiscal e para o risco concreto de aceleração do endividamento público nos próximos anos¹.

Projeções amplamente divulgadas indicam trajetória ascendente da dívida pública, com possibilidade de ultrapassar patamares historicamente elevados do Produto Interno Bruto (PIB), caso não sejam implementadas medidas estruturais capazes de compatibilizar o crescimento das despesas obrigatórias com a capacidade de financiamento do Estado. Tal cenário amplia o risco de dominância fiscal, situação em que a política monetária perde eficácia, com impactos negativos sobre a inflação, os juros e a competitividade da economia nacional.

Embora o Novo Arcabouço Fiscal tenha sido concebido como instrumento de substituição ao antigo teto de gastos, a multiplicação de exceções, flexibilizações e exclusões de despesas relevantes, vem comprometendo sua credibilidade e previsibilidade. Paralelamente, observa-se que o esforço de ajuste fiscal tem recaído de forma desproporcional sobre o aumento da carga tributária, que já atingiu níveis recordes, sem enfrentamento adequado das causas estruturais do crescimento das despesas.

<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/colapso-fiscal-governo-lula-alerta-ifi-ipea/>





A rigidez orçamentária, impulsionada pela expansão contínua de despesas obrigatórias indexadas a mecanismos automáticos, tem comprimido os investimentos públicos e reduzido a margem de discricionariedade do gestor, limitando a capacidade do Estado de promover políticas públicas estruturantes e sustentáveis no longo prazo.

Diante disso, indica-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que, por intermédio da Casa Civil da Presidência da República:

- a) *Que determine a elaboração e o encaminhamento ao Congresso Nacional de plano crível de ajuste fiscal estrutural, com metas objetivas de estabilização da dívida pública no médio e longo prazos;*
- b) *Apresente medidas voltadas ao enfrentamento do crescimento das despesas obrigatórias, incluindo a revisão de indexações automáticas e a avaliação de critérios de elegibilidade de benefícios, respeitados os princípios constitucionais;*
- c) *Estabeleça diretrizes claras para limitação de exceções e flexibilizações às regras do Novo Arcabouço Fiscal, de modo a preservar sua credibilidade e previsibilidade;*
- d) *Encaminhe ao Congresso Nacional relatórios periódicos e transparentes sobre os riscos fiscais, incluindo avaliações quanto à possibilidade de dominância fiscal e seus impactos macroeconômicos;*
- e) *Promova diálogo institucional com o Parlamento visando à construção de agenda de reformas estruturais que assegure a sustentabilidade das finanças públicas e a proteção das futuras gerações.*

Nesse contexto, impõe-se a necessidade de iniciativa clara e coordenada do Poder Executivo, no sentido de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade, um plano crível, transparente e tecnicamente fundamentado de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

ajuste fiscal, com metas, prazos e medidas compatíveis com a estabilização da dívida pública e com a preservação do equilíbrio intergeracional.

Por todo o exposto, a presente Indicação não tem caráter impositivo, mas busca contribuir institucionalmente para o debate público responsável, estimulando o Poder Executivo a enfrentar, de forma preventiva e planejada, os riscos fiscais que se avolumam no horizonte próximo, em especial no período pós-2026.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por meio da Casa Civil, sugerindo que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República adote medidas estruturais e a apresentação de plano crível de ajuste fiscal voltado à estabilização da dívida pública, e à preservação da sustentabilidade das contas públicas.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a. que seja encaminhada ao Poder Executivo, por meio da Casa Civil, a presente Indicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, sugerindo a adoção de medidas estruturais e a apresentação de plano crível de ajuste fiscal voltado à estabilização da dívida pública, e à preservação da sustentabilidade das contas públicas.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2026.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

